

ECT paga Participação nos Lucros de forma unilateral, mais uma vez

Com critérios de GCR, parcela estratégica e outros fatores excludentes, a PLR 2012 foi pior do que a PLR 2011. Sem qualquer tipo de acordo com a Fentect a ECT pagou quando quis e do jeito que bem entendeu.

O correto seria a empresa dividir os R\$ 124 milhões da PLR entre todos os trabalhadores de forma igualitária. No mínimo, o aceitável seria uma PLR com um limitador entre a menor e a maior na faixa de 3 vezes. Não é isso o que acontece dentro da ECT. Os gestores estão recebendo uma Participação nos Lucros bem acima do piso. Há alguns anos o presidente dos Correios chegou a receber até 100 vezes mais que o valor do piso pago a grande maioria dos trabalhadores. Um absurdo. Desta vez, a direção da ECT recusa informar quanto vai receber o presidente e os 9 vice-presidentes. Deve ser outro trem da alegria que está chegando na conta deles.

Neste ano a empresa fez todo um carnaval para realizar o pagamento da PLR. Mandou telegrama, soltou um simulado do contracheque na intranet (RH 24 horas), tudo isso para jogar os trabalhadores contra o movimento sindical.

Negociações

Um fato é concreto, a PLR deste ano foi pior do que aquela paga no ano passado. O valor, em alguns casos, pode até ter sido maior, mas o lucro da ECT também foi superior e se levarmos em



consideração a inflação e a demora em efetuar o pagamento (dinheiro ficou aplicado), teria que ter sido bem maior a diferença entre o ano passado e esse. Nosso prejuízo foi maior.

O interessante nesta história toda é que a atual maioria da direção da Fentect (PCO, Intersindical e PSTU/Conlutas) no ano passado chamou os dirigentes da Federação, ligados ao PT, de vendidos e pelegos por terem assinado um acordo para o pagamento da PLR no máximo até o mês de abril, com a opção de antecipar uma parte para o mês de dezembro do ano anterior, e tudo isso sem os critérios do GCR e sem o trem da alegria dos chefes. Fizeram uma propaganda danada

que o acordo assinado era ruim demais. O que aconteceu? Neste ano, com eles (PCO, Intersindical e PSTU/Conlutas) comandando a Fentect, a PLR ficou pior. Chegaram até mesmo a implorar junto ao Ministério Público do Trabalho que aceitariam assinar um acordo com os mesmos critérios do ano anterior. Isso mesmo, pediram quase de joelhos, para assinar um acordo igual daqueles que chamaram de vendidos no ano passado. Que vergonha. É muita falta de coerência. No final, os trabalhadores da base que ficaram no prejuízo, e mostrou para a categoria que a proposta defendida pelos dirigentes ligados hoje a minoritária da Fentect (ArtiSind, MSB e MTC) era bem melhor.



Excesso de serviço e incompetência da gestão faz trabalhadores sofrerem assédio moral, principalmente nos CDD'S

Chefes que não sabem lidar com a adversidade acabam abusando da cobrança e realizam ameaças aos trabalhadores para que eles realizem o serviço fora do horário normal de trabalho

A sobrecarga de serviço está acabando com a saúde dos trabalhadores, sejam eles carteiros, atendentes ou ott's. Existe uma pressão muito grande, principalmente em CDD's para que o serviço seja realizado sem que faça hora-extra. Praticamente impossível. A cobrança é tão grande que chefes estão exagerando na forma de cobrar e vêm cometendo o conhecido assédio moral.

A realização de hora-extra não é obrigatória quando o trabalhador não é avisado com antecedência. É preciso comunicar com um prazo de pelo menos dois dias para que o funcionário possa programar sua vida fora

dos Correios. Não podemos aceitar que gestores digam que "nada deve ser marcado fora dos Correios, pode ser que você tenha que fazer hora-extra". Isso pode ser caracterizado como um sobreaviso e, portanto pago, mesmo que a ECT não utilize a hora-extra.

A realização de duas horas adicionais deve ser feito de forma esporádica e para algo que não estava previsto. Hoje não é isso que acontece, o serviço é grande durante o mês inteiro e esporadicamente é que a carga vem normal.

Sobreaviso

Em algumas unidades o chefe está passando uma lista no começo do mês, para que todos assinem tomando ciência da necessidade de realizar hora-extra durante o mês inteiro, caso haja necessidade. Isso é irregular, considerando que a ECT não paga o adicional de sobreaviso.

Todos os trabalhadores têm uma vida fora dos Correios e precisam saber de seus horários e locais de trabalho para ter um planejamento familiar e social. A partir do momento que a ECT faz uma convocação para o mês inteiro de hora-extra, está avisando ao trabalhador que ele não pode marcar nada em sua vida particular por até duas horas após o encerramento de sua jornada de trabalho normal. Em alguns dias a empresa dispensa da realização do trabalho extraordinário, mas até chegar a unidade o funcionário não sabia que seria dispensado e não marcou nenhuma atividade pessoal ou social por causa desse compromisso com a ECT. A empresa deve reparar esse prejuízo ao trabalhador. A legislação trata desse assunto e a CLT determina que o empregador pague um adicional de 1/3 do valor da hora não utilizada, mas que o trabalhador tenha sido convocado.

Postalís apresenta déficit e a categoria é quem fica com o prejuízo

Em 2011 e 2012 o nosso Fundo de Pensão não conseguiu atingir as metas atuariais e isso causou um déficit de quase R\$ 1 bilhão, mas ninguém foi transparente para mostrar como estava o Postalís

Os trabalhadores foram surpreendidos com a informação de que o Plano BD (benefício definido) está com um déficit de R\$ 900 milhões. Logo começaram os questionamentos considerando que o plano foi saldado há alguns anos. Não é uma tarefa fácil de explicar e muito menos de entender a situação. O que faltou foi o POSTALIS ter uma política de comunicação mais efetiva, transparente e mais próxima dos participantes.

Sabemos que uma comunicação eficiente não iria mudar o resultado financeiro do instituto, mas evitaria especulações maldosas de alguns setores. O participante precisa ter o conhecimento da maneira que é realizado o investimento do patrimônio do POSTALIS. As aplicações estão no mercado financeiro e muitas vezes as oscilações não são favoráveis para determinados tipos de investimentos. O que existe é uma política de investimento que pode ser conservadora ou agressiva, sendo que na primeira opção os riscos são menores, mas os ganhos também são tímidos, enquanto uma política de investimento mais agressiva permite ganhos mais elevados, mas com um risco de perda muito alto. Há muitos anos o POSTALIS adota uma política de investimento conservadora, tanto que o déficit acumulado nos anos de 2011 e 2012 não são referentes a perda de valores. Na realidade o que ocorreu foi que o instituto não atingiu os ganhos previstos de INPC + 6%, ou seja, na verdade deixou de ganhar R\$ 900 milhões, que é bem diferente de perder esse montante. Não é o Conselho Deliberativo que define a política de investimento do POSTALIS, só que cabe aos conselheiros aprovar ou não as escolhas da diretoria do instituto. Como as aplicações no mercado financeiro são, em muitos casos, de longo prazo, o resultado dos dois últimos anos são frutos de uma política adotada e aprovada por outra diretoria do POSTALIS e por outros membros do Conselho Deliberativo. Não cabe aqui ficar caçando culpados, até porque o resultado negativo não foi em razão de desvio de dinheiro ou de aplicações irregulares, mas consequências de uma conjuntura econômica mundial, que causou uma estagnação no crescimento das economias.

O que estamos cobrando da diretoria do POSTALIS é uma maior transparência e uma prestação de contas junto aos trabalhadores. Não basta enviar um informativo com alguns números, que muitos trabalhadores nem entendem, devido a complexidade. É preciso criar uma cultura de realizar audiência pública em cada uma das regionais do POSTALIS, apresentando os resultados, sejam eles positivos ou negativos bem como informar aos participantes se a política de investimento segue uma linha mais conservadora ou agressiva. Caso houvesse essa preocupação dos dirigentes, os participantes não estariam surpresos com o resultado. Poderiam até não concordarem, mas não seriam pegos de surpresa com uma nova cobrança.

No dia 15 de abril o presidente do Postalís junto com um consultor técnico tentaram explicar a situação do plano e suas consequências. Fez uma apresentação com muitos números e pouca soluções. Disse que o plano teve um crescimento no último ano de pouco mais de 7%, mas que deveria ser acima dos 12% para atingir a meta atuarial de INPC+6%, e que portanto houve um déficit. Pela legislação, quando o déficit alcança 10% ou mais do patrimônio do fundo de pensão, deve ocorrer a cobrança dos participantes e da patrocinadora (ECT). No final de 2011 já existia uma diferença, de aproximadamente 9%, e como ainda estava abaixo dos limites estipulados pela legislação, não houve cobrança em 2012.

O presidente do Postalís, disse a que situação poderia ser pior caso não tivesse ocorrido o saldamento. Em uma simulação foi informado aos presentes na audiência pública que o déficit do Postalís poderia estar acima dos R\$ 5 bilhões em vez dos R\$ 985 milhões. E caso isso tivesse ocorrido a cobrança aos participantes estaria na casa dos 30% do salário. O que tornaria qualquer plano de previdência complementar inviável.

Nesta lógica, se considerarmos que o plano BD causaria um déficit de mais de R\$ 5 bilhões se todos os trabalhadores continuassem inscritos, uma nova conta deve ser realizada. Alguns milhares de trabalhadores continuaram ativos no plano BD, por causa de decisões da Justiça, e nem por isso aumentaram suas contribuições. Neste sentido, pela simulação apresentada pelo Postalís, eles são responsáveis por boa parte deste déficit que hoje querem dividir com todos os participantes ativos ou saldados. É preciso mais transparência no Postalís.